



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1155/06	<b>DATA:</b> 8/11/2006
<b>INÍCIO:</b> 15h04min	<b>TÉRMINO:</b> 17h01min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h57min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 1h57min	<b>PÁGINAS:</b> 39	<b>QUARTOS:</b> 23

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**JOÃO CORREIA – Deputado Federal.**

**SUMÁRIO:** Tomada de depoimento do Deputado João Correia, Representado no Processo nº 52, de 2006.

**OBSERVAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 33ª Reunião.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) – Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Tratando-se da ata a que V.Exa. acabou de referir-se, ouvindo os demais colegas presentes, requeiro dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Comunico aos senhores que a Liderança do PFL indicou o Deputado Mussa Demes para ocupar a vaga de titular deste Conselho, e o Deputado Robson Tuma passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado André de Paula.

Comunico aos Srs. Deputados que, conforme deliberado na reunião realizada no dia 24 de outubro, foram encaminhadas, *ad referendum* deste Plenário, as providências necessárias às instruções dos processos solicitados pelos Relatores, apresentados pelos seguintes requerimentos.

Requerimentos do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame — Processo nº 37, de 2006.

Requerimento nº 247, de 2006. Assunto: requer ao Departamento de Polícia o registro de acesso à Câmara dos Deputados com destino ao gabinete do Representado.

Requerimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame — Processo nº 69, de 2006. Representado Deputado Nilton Capixaba.



Requerimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame — Processos nº 37, de 2006; 49, de 2006, e 69, de 2006. Representação contra o Deputado Coronel Alves.

Requerimento nº 249, de 2006. Requer marcação de data dos depoimentos dos Deputados Coronel Alves, Isaías Silvestre, Nilton Capixaba.

Requerimento nº 250, de 2006, do Deputado Jairo Carneiro — Processo nº 106, de 2006. Representado Deputado Lino Rossi. Juntada aos autos do avulso VI do Relatório Parcial nº 1 da CPMI das Ambulâncias.

Requerimento nº 251, de 2006, do Deputado Jairo Carneiro. Assunto: solicitar à Superintendência Regional em Mato Grosso da Polícia Federal o fornecimento de cópias das fitas com o depoimento da Sra. Maria da Penha Lino.

Requerimento nº 252, de 2006, do Deputado José Carlos Araújo. Requer a expedição das notificações para tomada de depoimento das testemunhas.

Requerimento nº 253, de 2006, do Deputado Eduardo Valverde. Requer o depoimento do Deputado César Bandeira.

Requerimento nº 205, de 2006. Requer à Polícia Federal, ao Ministério Público Estadual e Federal e a outros órgãos e autoridades estaduais e federais, para a juntada aos autos, o fornecimento de provas, documentos e informações relacionados a Luiz Antônio Vedoin; Darci Vedoin; Maria da Penha Lino e demais membros da PLANAM.

Requerimento nº 255, de 2006. Requer a juntada aos autos da relação de emendas relacionadas ao Ministério da Saúde do Deputado César Bandeira.

Requerimento nº 256, de 2006. Requer à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e a outros órgãos, para a juntada aos autos, o fornecimento de provas, documentos e informações relacionados a Luiz Antônio Trevisan, Darci Vedoin, Maria da Penha Lino, demais membros da PLANAM e membros de outras empresas citadas ou relacionadas.

Requerimento nº 257, de 2006. Requer a juntada aos autos de relação de emendas relacionadas ao Ministério da Saúde do Deputado Enivaldo Ribeiro.

Requerimento nº 258, de 2006. Requer o depoimento do Deputado Enivaldo Ribeiro.



Requerimento nº 259, de 2006. Requer à Polícia Federal e ao Ministério Público documentos sobre Luiz Antônio Vedoin, Darci Vedoin, Maria da Penha Lino e demais membros da PLANAM.

Requerimento nº 260, de 2006. Requer a juntada aos autos de relação de emendas relacionadas ao Ministério da Saúde do Deputado João Batista..

Requerimento nº 261, de 2006. Requer o depoimento do Deputado João Batista.

Requerimento nº 262, de 2006. Requer diligências no curso do Processo nº 69, de 2006.

Requerimento nº 264, de 2006 — Processo nº 69, de 2006, requerendo informações ao DEPES da Câmara dos Deputados sobre a situação funcional de Celso Augusto Mariano.

Requerimento de Antonio Carlos Mendes Thame. Requer o depoimento do Sr. Carlos Alberto Rodrigues Pinto.

Requerimento nº 266, de 2006. Assunto: requer o depoimento do Sr. Washington Costa e Silva.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Deputado João Correia, Representado no Processo nº 52, de 2006.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso — pelo nosso Regulamento, seriam 20 minutos. Em seguida, será dada a palavra ao Relator, Deputado Anselmo, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirir o depoente.

Dando início aos nossos trabalhos, convido o Deputado João Correia para fazer uso da palavra. Com a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Obrigado, Presidente Ricardo Izar.

Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos assistem aqui neste momento, eu gostaria de fazer algumas observações preliminares, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: eu, com pouco mais de meio século de vida, sempre tentei, ao longo de toda a minha vida, ser correto nos meus atos, nas minhas ações, no comportamento



com os meus semelhantes. Jamais fui vestal de qualquer moralidade; sempre desconfiei destes que assim se colocam. Mas, em verdade, tentei ser um homem correto e, ao mais das vezes, eu fui. Por conseguinte, com 3 mandatos de Deputado Estadual, professor na minha pequena universidade, eu fui eleito Deputado Federal pelo PMDB do Acre, única agremiação à qual me filiei, demonstrando, expondo à população da minha terra esse tipo de comportamento. Um comportamento fraterno, duro, crítico, polêmico, mas sempre joguei limpo com as pessoas e com as entidades. Fui eleito Deputado Federal e espero que aqui, ao longo desses quase 4 anos, eu tenha me comportado de maneira análoga ao essencial da minha vida.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que eu fui colhido, no dia 4, 5 de maio deste ano, com uma notícia, com uma informação que é precisamente a antípoda da minha vida: o envolvimento, o suposto envolvimento, a plantação de meu envolvimento na malfadada Operação Sanguessuga. E, de repente, Sr. Presidente, quero apenas dizer que a minha vida virou do avesso, a vida da minha família, a vida dos meus amigos, a vida do meu partido, porque isso foi colocado de uma maneira avassaladora, incontrolável. V.Exa. imagine o que é uma sociedade simples, como é a sociedade acreana, vendo, em todos os canais de televisão, que o Deputado Federal João Correia era um sanguessuga, era um parasita.

Então, isso foi algo avassalador do ponto de vista político, mas foi avassalador mais do ponto de vista pessoal. Algo que eu não desejo para um inimigo, que eu não tenho ainda — eu tenho adversários. Não quero isso nem para o pior dos meus adversários, porque isso é algo que não tem preço, é avassalador, isso tatua, como uma nódoa que provavelmente não tem remédio. É irremediável o que aconteceu.

Desde o primeiro dia, Sr. Presidente, eu optei pela minha defesa. Eu não deixei prosperar sem um contraponto essa brutalidade que foi feita em relação a minha vida, tanto é que me pronunciei na tribuna da Câmara Federal por 2 ou 3 vezes. Não vi e também não me cabe entender ou desejar entender por que outros acusados não o fizeram, mas eu fiz. Eu repeli, eu rechacei, desde o primeiro momento, essa perversidade.

Procurei a Corregedoria da Câmara, que foi o primeiro elemento em que eu fui incluído, por informações do Delegado Tardelli Boaventura, então Delegado da



Polícia Federal, que, a partir de uma informação truncada, jogou meu nome para a mídia nacional e para a mídia internacional como participante desse crime. Eu processei o delegado, porque não tive outra alternativa. Processei-o não, melhor dizendo, interpelei-o judicialmente.

Fui à Corregedoria e verifiquei que existia algo muito frouxo, muita falta de critérios naqueles elementos das escolhas dos nomes a serem colocados à sanha vingadora, e numa pré-eleição se colocando. Não obtive êxito na Corregedoria.

Como tinha tido participação na CPMI do Mensalão, uma participação modesta, é verdade, mas que havia recebido o melhor do meu esforço, eu saudei a CPI, assinei-a por 2 vezes, não sem antes escrever ao Procurador-Geral da República, acostando toda a documentação, para que ele pudesse ter acesso à mais absoluta ignomínia que se poderia cometer contra um cidadão e um Parlamentar, para que ele tivesse acesso àquela documentação. Também não obtive êxito.

Fui, então, à CPI por várias vezes. Por 2 ou 3 vezes ofereci meus sigilos bancário, fiscal, telefônico — meus, dos meus assessores, dos meus familiares; pedi uma acareação com os que me acusavam. Àquele momento ainda não havia a acusação do Sr. Luiz Antônio Vedoin, havia apenas a acusação, a falta de compreensão, por má-fé ou por incompetência do Delegado Tardelli Boaventura, e não obtive êxito.

Quis, no dia de uma oitiva pela CPMI dos Sanguessugas do Delegado Tardelli Boaventura, bem como do Procurador da República do Estado do Mato Grosso, se não me falha a memória, quis que aquele debate fosse feito — o Deputado Chicão estava presente —, que aquele debate fosse feito publicamente, mas a maioria dos hierarcas da CPMI preferiu que ele fosse feito reservadamente. Eu, então, fiz a interpelação pessoalmente ao Delegado Tardelli Boaventura, que, não sei se a partir ou não das informações contidas e por ele inexplicáveis, a opinião do delegado não veio para o texto do relatório parcial da CPMI.

De uma certa forma veio, então, o período eleitoral, e aí veio, sim, a denúncia do Sr. Luiz Antônio Vedoin. E aqui, Sr. Presidente, eu quero apenas observar 2 coisas: o Sr. Luiz Antônio Vedoin não veio como testemunha — veio, mas tornou-se um colaborador —, e ele recusou-se terminantemente a assinar uma documentação de que seria obrigado a falar exclusivamente a verdade. Eu estou aqui como



Representado, eu estou entendendo que mentir significa quebra de decoro para um Parlamentar, é razão suficiente para tal.

Dessa forma, quero dizer aos membros deste Conselho que estou a sua inteira disposição. E quero também dizer especialmente aos membros do Conselho que a minha ansiedade em poder expor a minha defesa foi tão grande, ao longo desses 5 a 6 meses, que eu não poderia, de forma alguma, perder a oportunidade de inquirir pessoalmente o Sr. Luiz Antônio Vedoin, mesmo que ele tenha o escudo de não dizer a verdade, tenha essa prerrogativa de não dizer a verdade, mas eu não poderia deixar de vir aqui ontem, Sr. Presidente. E até fiquei um pouco estranhando que apenas eu, dentre os Deputados representados, compareci. Apenas eu compareci. No entanto, como o Sr. Luiz Antônio Vedoin era um convidado do Conselho, eu quero pedir aos Conselheiros as minhas escusas por alguma palavra que eu tenha dito, mais forte ou mais firme, no caso de “crápula”, o que não significa, por exemplo, que eu não o considere como tal. No entanto, como ele era um convidado deste Conselho, eu quero pedir desculpas aos membros do Conselho e coloco-me inteiramente à disposição de V.Exas. para responder a todas e quaisquer questões que eu possa saber.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em seguida darei a palavra ao nobre Relator, Deputado Anselmo. Com a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Sr. Presidente, Sr. Deputado João Correia, Sr. Advogado, Sras. e Srs. Deputados, demais Relatores presentes, imprensa, demais autoridades presentes, gostaria de iniciar fazendo a pergunta ao Deputado João Correia sobre quando ele teve contato com o Sr. Luiz Antônio Vedoin.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Eu tive contato com o Sr. Luiz Antônio Vedoin no meu gabinete, ele acompanhado de seu pai, Sr. Darci Vedoin, acho que nos idos de 2004.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Em interrogatório à Polícia Federal, o Sr. Luiz Antônio Vedoin dizia que V.Exa. foi apresentado pelo ex-Deputado Ronivon Santiago. V.Exa. confirma isso?



**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não a ele. Eu não fui apresentado ao Sr. Luiz Antônio Vedoin pelo Deputado Ronivon Santiago. Eu fui apresentado pelo Deputado Ronivon Santiago, no Salão Verde da Câmara, ao seu pai, o Sr. Darci Vedoin. Em seguida é que o Sr. Darci Vedoin visitou meu gabinete, juntamente com o seu filho Luiz Antônio Vedoin.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Também em depoimento à Polícia Federal... E vamos logo tratar dos Vedoin como um todo, porque me parece que os 2 estiveram em contato com o senhor, tanto o Luiz quanto o Darci.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Foram juntos ao meu gabinete.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Em depoimento também à Polícia Federal, ele disse — e repetiu aqui ontem novamente, quando eu fiz a pergunta — sobre esse acordo que foi firmado com V.Exa., que tratava de repasse de 10% de comissão de emendas parlamentares destinadas à área de saúde. O senhor confirma esse acordo?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Absolutamente não. Não houve esse acordo.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Quer dizer que, no depoimento e aqui ontem, ele estava mentindo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Redondamente mentindo. O Sr. Luiz Antônio Vedoin, bem como o seu pai, Darci Vedoin, foram ao meu gabinete oferecer *folders* de inclusão digital, de unidades móveis e unidades fixas de inclusão digital. Não posso negar ao Relator que eu fiquei encantado com a idéia, especialmente a idéia da inclusão digital móvel. Fiquei pensando em áreas do meu Estado que poderiam ter essa conexão com a modernidade a partir daquela idéia, que era muito boa. Aliás, proposta pelo então Secretário-Geral, se não me falha a memória, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. Rodrigo Rollemberg. E havia ainda um fator positivo em relação à questão da inclusão digital: os recursos destinados à inclusão digital não seriam contingenciáveis; eles seriam seguramente pagos. Então, eles foram discutir essa questão. E veja: eu já tinha feito, quando os conheci, quando conheci o Sr. Darci Vedoin, no Salão Verde — estava conversando com Ronivon e o conheci —; quando ele perguntou se poderia me visitar, eu disse que sim. Todas as





peessoas que me procuram eu recebo, independentemente de cor, de cor partidária, de sexo, etc. Eu recebo no meu gabinete. Então, ele foi lá para levar esses *folders*. Aliás, eles tinham um ônibus aqui na garagem do Anexo IV, que denotava exatamente essa questão da inclusão digital móvel. Eu não o conheci, não o freqüentei, não visitei esse ônibus, mas ele existia. Então, não houve, absolutamente, em nenhum momento, nem com o Sr. Luiz Antônio Vedoin nem com Darci Vedoin nem com quer que seja, ao longo dos meus 53 anos de vida, um acordo que fosse colocado em termos de propina, de comissão, seja lá o nome que ele dê. Então, é inteiramente falsa a informação do Sr. Luiz Antônio Vedoin de que eu tratei com ele, ou com o seu pai, ou com o Sr. Ronildo, ou com quer que seja, de qualquer assunto referente a propinas, mesmo porque as emendas já tinham sido indicadas. As emendas para a Saúde, para os 3 municípios do Acre, eu já as tinha alocado antes de conhecer o que hoje chamam de quadrilha. Mas à época eram condestáveis lobistas, poderosíssimos lobistas com trânsito tanto nesta Casa quanto no Governo Federal.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Qual a relação que V.Exa. tem hoje, tanto no grau de amizade quanto também... porque, em vários momentos dos depoimentos, há essa intermediação do ex-Deputado Ronivon Santiago. Qual o grau de amizade ou de comprometimento com essa discussão do mandato de V.Exa., até com relação a essa questão das Prefeituras? Até porque o senhor acaba de dizer que há essas emendas hoje nas Prefeituras. E se há algum envolvimento, alguma intermediação do ex-Deputado Ronivon Santiago.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Nenhuma intermediação do Deputado Ronivon Santiago há ou houve, houve ou há, exceto o fato — e aqui vem um parêntese da Polícia Federal... Não sei se eu posso explicar, Presidente. Posso, Relator?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Pode.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Uma das razões da minha compreensão da má-fé da Polícia Federal, do Delegado Tardelli Boaventura, em relação a plantar o meu nome nesse episódio, é que no dia 4 de maio o Deputado Ronivon Santiago foi preso no Acre. Ele foi preso no Acre, e o Delegado da Polícia



Federal de lá — e eu tenho essa documentação aqui, se o senhor... —, o Delegado da Polícia Federal do Acre, a primeira coisa que fez em relação a mim foi perguntar pelo diálogo no qual o Sr. Ronivon fazia a conversa com o Sr. Darci Vedoin. E o Sr. Ronivon Santiago negou que tenha, no dia 4, que tenha intermediado qualquer tipo de ligação, de conexão entre o Deputado João Correia e o Sr. Darci Vedoin. Com essa informação em mão, o Delegado Tardelli Boaventura não foi capaz de tirar o meu nome e plantou-o no dia 10, 6 dias depois, junto ao Corregedor Ciro Nogueira. O Deputado Ronivon Santiago... diz aqui, no dia 4 de maio, que, em relação ao Diálogo de Índice 697100, porque não há nenhuma, pelo menos do meu conhecimento e porque não existiu, gravação da Polícia Federal que incorpore a minha voz, a voz de meus familiares, a voz de meus assessores. Isso não existe. O Deputado Ronivon Santiago faz aqui, na interceptação um diálogo com o Sr. Darci Vedoin, que a Polícia Federal chama de Diálogo 697100... No dia 4, preso em Rio Branco, na Capital do Acre, o Sr. Ronivon Santiago diz que não intermediou, quer dizer, que em relação ao Diálogo de Índice 697100, não intermediou qualquer transação entre Darci Vedoin e o Deputado Federal João Correia. Ele faz essa observação, que não foi corrigida pelo Delegado Tardelli Boaventura, razão pela qual o interpelei judicialmente, porque ele faz apropriação inteiramente maldosa do diálogo do Sr. Darci com o Sr. Ronivon Santiago. Conheço o Sr. Ronivon Santiago, José Edimar Santiago, há 47 anos. Somos da mesma cidade, Cruzeiro do Sul, no Acre, e o conheço há 47 anos. As nossas famílias são amigas, especialmente o seu pai, que ainda é vivo, e o meu pai, que já partiu. E sempre fomos adversários; nunca fomos inimigos, no entanto. Sempre fomos adversários. Inclusive, não sei se o Relator recorda ou o Presidente, alguém — o Deputado Nelson certamente recorda, e o Deputado Chicão Brígido também —, que, naquela disputa do PMDB governista com o PMDB opositor em relação à indicação da Liderança do partido, o Sr. Ronivon Santiago foi utilizado pela ala governista a filiar-se ao PMDB. Filiou-se ao PMDB para exatamente desbalancear, para votar, sendo o fiel da balança, num candidato mais ligado à perspectiva do Governo. Como ele filiou-se ao PMDB do Acre, e eu sou presidente do partido no Acre, incontinenti, imediatamente, nós o tiramos do nosso partido, do PMDB, para que ele não pudesse fazer isso, mesmo porque não poderia ser utilizado para influir numa decisão de tão alta importância.



Com o Deputado Ronivon Santiago a minha relação pessoal, digo-lhe, vem de 47 anos. Sempre estivemos em campos opostos. Não somos inimigos. Visitei a casa de Ronivon Santiago com meu filho — está ali —, para visitar o Sr. Nelson Brás. Ele não foi nunca à minha casa. Então, é absolutamente insensata a afirmação, e falsa, mentirosa, do Sr. Luiz Antônio Vedoin, de que Ronivon Santiago o levou ao meu gabinete. Isso é inteiramente falso, completamente falso.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Parece-me que, nas degravações da Polícia Federal, há vários contatos, inclusive até marcando encontro de Ronivon com o senhor. Inclusive cita alguns locais onde parece que há um... Para quem é adversário, parece-me até um pouco estranho aquilo, na degravação, onde os senhores marcam um encontro, onde ele diz: *“Pode deixar que eu trato disso aqui. Trato daquilo ali e tal”*.

Isso aparece muito claramente na degravação. O que V.Exa. me diz sobre isso?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Relator, eu gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse mais precisamente essa colocação, porque em momento algum, em nenhum momento eu marquei qualquer encontro, nem com o Sr. Ronivon Santiago, nem com quem quer que seja.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Mas ele não o procurou, marcando...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - A mim, absolutamente. Eu jamais marquei encontro algum com o Sr. Ronivon Santiago, em momento algum, para tratar dessa questão. Ou seja, marquei um encontro com Ronivon Santiago quando ele me convidou para visitá-lo em sua casa. E eu fui inclusive com o meu filho, com o Sr. Nelson Brás, que estava presente. Em outras vezes também falei... Houve um problema bastante tenso entre o Deputado Ronivon Santiago e o Deputado Chicão Brígido. Uma vez o Deputado Ronivon Santiago, ou 2 vezes, ele esteve em meu gabinete para tratar da questão que envolvia a sucessão dele, porque ele estava *sub judice*... em relação ao Deputado Chicão Brígido. E também no plenário da Câmara sempre nos encontramos. Eu o interpelei quando foi à CPMI do Mensalão. Enfim, não sou inimigo do Deputado Ronivon Santiago. Absolutamente. Mas nunca tratei com o Deputado Ronivon Santiago, em momento algum, em lugar algum, de



qualquer coisa que se relacionasse a emendas, e especificamente, especialmente às emendas do senhor... que diz respeito à Saúde ou a inclusão digital.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - V.Exa. comentou — se não me engano, acho que foi ontem — sobre as Prefeituras para as quais destinou emendas. V.Exa. pode citar quantas e quais foram? Na área de saúde.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - No que diz respeito a unidades móveis?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - É.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Porque tem também a parte de medicamentos... A parte de unidades móveis, eu propus em 2003, ao Orçamento de 2004, para a Prefeitura de Bujari, 240 mil reais; para a Prefeitura de Plácido de Castro, também 240 mil reais; e para a Prefeitura da Acrelândia, 120 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Três?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Três.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Essas 3 emendas foram negociadas diretamente com a PLANAM ou não?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - *(Risos.)* Eu desconheço, pelo seguinte: porque o Prefeito de Bujari é o Sr. Michel, e ele é meu adversário político.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - De onde? De qual cidade?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - De Bujari.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Bujari.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ele é Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores. E nós somos adversários políticos, mas não somos inimigos. Aliás, as minhas emendas foram para todo o Estado, para todas as Prefeituras. Inclusive para o Governo do Estado, no último ano, eu alocuei emendas também. A Prefeitura fez uma tomada de preços, a Prefeitura de Bujari. A empresa PLANAM participou dessa tomada de preços e foi inabilitada pela Prefeitura de Bujari. Enfim, foi desclassificada. Na verdade, nem sequer chegou a participar. Aí houve, então, o certame, e uma outra empresa ganhou. Em relação à Prefeitura de Acrelândia, o Prefeito Sebastião Bocalom, à época, também não era nosso aliado nem adversário. Era algo meio nebuloso. Como se chamaria? Um pouco em cima do muro no



momento. Depois tornou-se nosso aliado. O Prefeito Sebastião Bocalom fez também a sua tomada de preços. A empresa PLANAM concorreu e foi derrotada; não ganhou. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Plácido de Castro, também do Partido dos Trabalhadores, do Prefeito Paulinho, Paulo Almeida... Nessa Prefeitura houve a abertura de um processo de licitação, e foi a única em que a PLANAM venceu. Não tive nenhuma participação, mesmo porque não poderia. O ordenador de despesas... nesse caso, tanto a licitação quanto o pagamento são feitos pelos Prefeitos. E eles foram gentis, foram corretos, todos os 3 Prefeitos. Ainda à época em que saiu... no mês de maio, se não me falha a memória, os 3 assinaram, de próprio punho, documentos dizendo, definindo que eu não tive nenhuma participação, mesmo porque não poderia tê-la, haja vista o fato de que a responsabilidade era única e exclusivamente deles, e são... Inclusive, o Prefeito de Plácido de Castro — que o Sr. Luiz Antônio Vedoin me coloca como que eu fraudei, que eu direcionei lá a licitação — é uma das testemunhas que eu estou pedindo para que venha a este Conselho para desmascarar, para desmentir a acusação leviana, a falsificação do Sr. Luiz Antônio Vedoin.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - V.Exa. disse ontem... Eu fiquei um pouco assustado quando V.Exa., ontem, fez aquelas perguntas, até pela forma como o Sr. Luiz Antônio Vedoin respondeu. E aí eu fiquei um pouco preocupado, porque quando eu mesmo fiz as perguntas, eu percebi que ele respondeu com muita veemência, não pensou, não titubeou. Quer dizer, fui perguntando e ele respondendo. E aí V.Exa. repete praticamente todas, e faz mais algumas. Ali, naquele momento, V.Exa. perguntava, ele respondia: *“Mas onde você pagou os 12 mil?”* *“Ah! Mas o meu irmão que entregou o dinheiro.”* *“É, mas foi em tal lugar.”* E eu o senti muito seguro. Eu gostaria de dar oportunidade a V.Exa. para que possa me convencer. Porque senti muita segurança nele naquela hora em que ele respondia com firmeza àquilo que o senhor perguntava. Desde repassar o custo, desde o acordo, desde a presença de pessoas como testemunhas. Então, gostaria de dar essa oportunidade para que o senhor possa nos convencer disso.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Eu agradeço, Relator, essa oportunidade. Na verdade, o meu objetivo era a ansiedade de poder me defender, como estou fazendo pela primeira vez. E quero agradecer aqui ao Sr. Presidente, na



peessoa do Sr. Nelson Trad, o fato de não ter feito essa reunião, ontem, reservada. Um perigo reuniões reservadas. Esse Sr. Luiz Antônio Vedoin tornou-se um oráculo de incluir e de excluir quem ele deseja. Percebeu ele que o termo “sanguessuga”, roubo de material de saúde, é mortal para a população. A população pode perdoar qualquer coisa, menos isso. E ele percebeu o poder que passou a ter dizendo que sim, dizendo que não, jogando a bola para execração pública, como fez comigo. Eu queria... Ontem, o meu objetivo era único, eu queria demonstrar que há um problema, Relator, que é o seguinte: existia uma forma eficientíssima de nós tirarmos isso a limpo. Bastaria que nós pegássemos as máquinas, a vigilância eletrônica do meu gabinete. Lá, bem defronte ao meu gabinete, existe uma câmera. Bastaria que nós pegássemos o mês de janeiro de 2006, para verificarmos como ele está mentindo, como ele está fraudando. Ele não apareceu no mês de janeiro de 2006 lá, em momento algum. Eu pedi isso à secretaria da Polícia Legislativa. E há um problema. Parece-me que a Câmara Federal, o sistema — enfim, isso eu não domino —, o sistema, ele se auto-apaga. Mas eu suponho, e até estou pedindo — tomei a liberdade de sugerir a V.Exa. — que consulte as grandes universidades, como, por exemplo, a Universidade de Brasília, ou a Universidade de Campinas, ou a USP, se é possível essa recuperação. Em se recuperando, havendo essa possibilidade de recuperação, V.Exa. vai verificar que é absolutamente falsa a presença desse senhor, com quem quer que seja, em janeiro de 2006. Ele apareceu no meu gabinete em 2004, isso eu não nego. Eu então corri um risco elevadíssimo. Pedi ao Sistema de Identificação de Visitantes e aparece aqui o Sr. Luiz Antônio Vedoin, no dia 31 de março de 2005, no Anexo IV, para o Anexo IV, o que denota que é mentira que ele entrava só pela garagem, porque ele entrou pelo Anexo IV e veio para o Anexo IV. Ele está mentindo novamente. No dia 22 de junho de 2005, ele veio para o Anexo II, para o Plenário das Comissões. No dia 21 de fevereiro de 2006, ele entrou no Anexo IV, para o Anexo IV. Aqui está, também jogando por terra aquela informação de que ele só entrava de forma clandestina, de trivela, só entrava com a facilidade que a Câmara oferece. E, no dia 15 de março de 2006, ele também entrou pelo Anexo IV, para o Anexo IV. Tudo isso aqui com a sua fotografia e a sua identidade. E, no dia 12 de setembro, ele entrou no Edifício Principal, pela Chapelaria, e veio para o Anexo II. De igual sorte... Quer dizer, então, eu quis



demonstrar que ele não apenas não foi ao meu gabinete no mês de janeiro de 2006, como sequer veio à Câmara Federal. Não há registro de que ele tenha vindo à Câmara Federal. Então como é... Por telepatia é que ele foi ao meu gabinete? Por que eu fiz isso? Porque eu passei 15 dias do mês de janeiro no Acre. Eu queria que ele precisasse o dia para saber se havia coincidência com a minha viagem ou não. Eu tenho esses elementos todos. Porque fica difícil. Como é que você vai se defender? Porque aqui há uma inversão de valores daquilo que se consignou dizer como um avanço da civilização humana, que é o seguinte: que todos são inocentes até prova em contrário. Aqui foi o inverso. Eu me tornei culpado sem nenhuma prova! Nenhuma prova! Nenhuma! E agora eu vou atrás de provar a minha inocência e encontro esses obstáculos: ninguém me ouve, ninguém percebe, eu canto, eu falo... Só na tribuna da Câmara Federal que eu pude fazer, então, a minha defesa. Quer dizer, então eu quis demonstrar isso, porque o próprio pai dele — o senhor vai ver aqui, eu aloco, eu também trago aqui o material do pai dele —, o pai dele realmente era um virtuose da Câmara. Ele entra várias vezes ao longo deste ano, dezenas de vezes, inclusive no mês de janeiro. Então eu queria demonstrar aqui e dizer, primeiro: você está mentindo, Luiz Antônio Vedoin, você é um mentiroso! Você é um falsário! Você é um farsante! Você é um mentiroso! Você não sabe... Procure saber da minha vida. Você nunca esteve comigo para propor propina, para negociar propina. Você está mentindo de ponta-cabeça em relação a mim. Você não tem prova alguma. E você sequer entrou... Dizer que encontrou comigo no aeroporto! Isso é uma fantasia! Isso é um delírio! É mentira dele. Nunca nos encontramos no aeroporto. Nos encontramos outras vezes aqui nos corredores da Casa, casualmente — eu não vou negar isso também. Telefonemas... No caso da inclusão digital, Relator, eu fiz a alocação de uma emenda. Foi o essencial da nossa conversa, do meu contato com os Vedoin. Os *folders*... Eu aloquei 2 emendas, cada uma de 400 mil reais, para inclusão digital móvel, para o Prefeito da Capital, Prefeito Raimundo Angelim, também adversário meu, que ficou encantado com a perspectiva da inclusão digital móvel, bem como da inclusão digital fixa, e também para o Prefeito Celso Ribeiro, do Município de Senador Guimard, também adversário meu. Assim que as emendas foram alocadas, eu comuniquei aos Prefeitos, comuniquei ao Ministro — o Ministro me parece que é o atual Governador eleito de Pernambuco,



Campos. O Prefeito Raimundo Angelim, que é o Presidente da Associação dos Municípios do Acre, imediatamente mandou, avisou isso ao Ministro, que estava encaminhando os projetos. Enfim, minhas relações foram com as Prefeituras. E eu acho que um Deputado não pode abdicar. Quer dizer, em 2005, o senhor sabe que havia o imperativo, pela LDO, de que um percentual fosse colocado na parte de saúde. Eu coloquei as emendas em 2004 por conta desse imperativo. Em 2005, esse imperativo não existia mais, eu não aloquei, o que significa dizer que, se eu tivesse levado vantagem, se eu estivesse envolvido com qualquer tipo de crime, eu teria alocado em 2005. Quando chegou em 2006, Deputado Relator, vários Prefeitos... inclusive o Prefeito de Tarauacá veio e me pediu a alocação de uma ambulância para que circulasse entre Feijó e Tarauacá, que é uma área, especialmente nos períodos de inverno, inteiramente isolada. Então, eu aloquei, em 2006, uma unidade móvel para o Prefeito de Tarauacá. De modo que eu queria dizer ao Sr. Luiz Antônio Vedoin que ele está mentindo. Em momento algum houve... Eu queria que ele dissesse em que circunstâncias, quem poderia ter testemunhado essa conversa, pelo simples fato de que eles não se atreveriam a colocar essa questão para mim. Não se atreveriam. Não é do meu feitio, não é da minha história, não é do meu comportamento. Então, agradeço a sua benevolência, enfim, a oportunidade que me ofereceu, porque eu queria demonstrar a ele que ele está mentindo, que ele mentiu, sequer aqui ele apareceu. *“Ah, não, mas ele entrou pela porta do fundo”*, pelo lado, como entram as pessoas que têm, digamos assim, determinado tipo de prestígio aqui na Casa. No entanto, ele gosta muito de aparecer. Gosta tanto de aparecer que, no dia em que ele... três dias antes de ele ser preso, agora, no dia 12 de setembro — ele foi preso no dia 15 de setembro —, ele apareceu aqui no Edifício Principal. Está aqui. Foi detectado pela vigilância da Câmara. Então, a questão básica era essa. E outra coisa também... E daí eu não posso negar ao Sr. Relator que eu esperava que estivessem mais Deputados aqui. Eu só falo por mim, única e exclusivamente por mim. Mas eu não poderia perder a oportunidade de dizer: você é um mentiroso, você não esteve em meu gabinete em janeiro de 2006. Você esteve em 2004, juntamente com seu pai. Você nunca tratou comigo, nem você nem ninguém, assuntos de propina. Eu queria dizer isso a ele. E acho que disse. Até me excedi pelo convite que foi feito pelo Conselho, quando o





chamei de crápula, pelo que já pedi as devidas desculpas, embora continue mantendo a minha opinião pessoal. Se fosse na tribuna eu não me retrataria.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Eu teria ainda 2 perguntas, porque, tanto nos depoimentos na Justiça Federal como por uma relação aqui com os chamados sanguessugas, a gente percebe hoje que não dá para diferenciar entre Antônio e Darci Vedoin, quer dizer, onde está o pai está o filho. E aqui parece que o senhor mesmo me passa essa informação. Quer dizer, em janeiro, o Luiz não esteve, mas o Antônio esteve.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, o contrário. O Luiz Antônio, que disse que foi pessoalmente levar ao meu gabinete, não esteve em janeiro.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Mas o Darci esteve?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - O Darci, segundo o Sistema de Vigilância, sim.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - O.k.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Mas eles não vão ser como a trindade. Porque um disse que me trouxe — tem a santíssima —, ele confirmou ontem que foi ele que entregou, ontem ele confirmou, juntamente com outra pessoa lá, Ivo sei lá das quantas. E o Darci diz que teriam sido 10 mil, e ele disse que foram 12 mil. Enfim, não são tão, assim, analógicos, não.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Outra pergunta aqui: com relação a essa questão da inclusão digital, essas 3 emendas...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Duas.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Duas, aliás, foi a PLANAM que ganhou a licitação?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Essas 2 emendas, Relator... é um pouco, até, de uma tristeza. Estou vendo ali uma pessoa que foi minha colega de trabalho lá na CEPA, do Acre, a Regina. Quando eu era jovem, eu era quase razoável, como recém-formado em Economia, em captação de recursos, busca de recursos. Essas 2 emendas, eu recorri até ao Deputado Carlito Merss, que é um homem que sempre me tratou com muita cordialidade, muita urbanidade, para que nós as empenhássemos. Elas sequer foram empenhadas. Fui ao Deputado Aldo



Rebelo, quando era Ministro das Relações Institucionais... A Oposição sofre muito para... eu acho que em qualquer Governo, não estou querendo colocar esse Governo aqui como a expressão disso. Mas o fato é que, na minha experiência, a Oposição sofre muito. Ainda mais... Eu sempre fui muito claro com meus votos em todos os momentos. Eu sempre tive muita clareza solar nos meus votos, mas eu sempre lutei muito por todas as emendas para os municípios do Acre, inclusive municípios geridos por adversários. Assim que terminar esse depoimento de hoje, eu já vou correr atrás dos Ministérios para ver se eu consigo empenhar, se os Ministros, se seus lugar-tenentes não vão me discriminar, não vão me punir, porque não estarão me punindo, estarão punindo o povo da minha terra, o povo dos municípios. Inclusive, eu disse algumas vezes lá para o Navarro, lá do Ministério da Ciência e Tecnologia: *“Ô, Navarro, por favor”* — ele que era o elemento encarregado disso —, *“o Prefeito que vai gerenciar esses recursos é o Prefeito da Capital, é o Prefeito do Partido dos Trabalhadores. Então, não puna o povo de Rio Branco, não puna o seu Prefeito, que é seu correligionário, para punir a mim, porque os meus votos não vão ser alterados. Até o final do meu mandato, eles vão ser feitos com muita clareza solar”*. Então, na verdade, a PLANAM... talvez até tenha... não vou negar que ela teve o papel de me sugerir o valor aproximado de quanto custaria esse ônibus. Mas assim que eu tive... e foi 400 mil, eu aloquei, então, 800 mil, comuniquei imediatamente ao Prefeito da Capital, comuniquei imediatamente ao Prefeito Celso Ribeiro e comuniquei imediatamente ao Ministro, dizendo que tinha alocado para tal. E o Prefeito de Rio Branco — justiça seja feita — foi corretíssimo. Imediatamente, logo em seguida, ele mandou a documentação, tanto da Prefeitura de Rio Branco quanto da Prefeitura de Senador Guimard, dizendo ao Ministro que estava encaminhando o projeto. Então, a PLANAM já estava de fora de plano. Há até um pouco de pleonasmos aí: PLANAM e de plano. Mas ela já estava de fora. Quer dizer, ela não teria como... como não teve também em nenhuma das emendas minhas, porque todas as emendas que eu aloquei para as Prefeituras do Acre foram feitos os projetos pela Associação dos Municípios do Acre — em todas elas. Ora, de que forma — o senhor há de convir — poderia eu chegar junto ao Prefeito de Plácido de Castro, meu adversário político, e propor a ele um acerto, um acordo de propina, tanto de minha parte em relação a ele quanto dele em relação a mim, se houvesse



esse instinto criminoso. Então, não tem o menor cabimento. Foi isso que eu quis dizer ontem, é isso que eu estou dizendo aqui. Estou dizendo que não vão provar porque não há prova. Não tem como provar. Esse senhor não esteve no meu gabinete no dia 12. É mentira dele que me encontrou no aeroporto. É mentira dele que fez acerto comigo. Ele está mentindo. Agora, até o momento, ele não tinha sido... por isso que eu vim aqui. Apanhei muito da imprensa etc., mas, pela primeira vez, pelo menos, ele foi colocado um pouco em xeque, porque ele era um *deus ex machina*: eu tiro você, eu coloco você, eu nego... Bom, enfim, eu não vou nem falar muito, porque ele acabou de negociar muito bem um dos elementos centrais da luta política neste País. Então, eu quero apenas colocar que não são absolutas as informações prestadas pelo Sr. Luiz Antônio Vedoin como chefe da quadrilha.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Então vou só reafirmar aquilo que eu já perguntei: aquilo que foi colocado enquanto repasse de comissão não houve. Isso é mentira do Vedoin, mentira lá do depoimento na Polícia Federal. Isso não aconteceu.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Mas o depoimento da Polícia Federal... Só para entender melhor, Relator...

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Não, aquilo que ele disse aqui e no depoimento na Polícia Federal, isso não houve.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Inteiramente falsos, todos eles.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Diante desse... V.Exa. não esteve com ele, com o Luiz, em janeiro, mas esteve com o Darci.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, não estive com o Sr. Darci, não, absolutamente. Estive com o Darci em 2004. Ele deve ter ido uma outra vez por lá. Em janeiro, absolutamente.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Em janeiro também o senhor não esteve com o Darci lá.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não estive com nenhum dos 2, com ninguém daquele...

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Estou fazendo a pergunta para o Deputado, mas...



**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Desculpa. Não, não, é que a confusão é a seguinte: é que eu aloquei... Só esclarecendo aqui um pouquinho. (*Pausa.*) É que aqui nesse documento em que o Sr. Luiz Antônio Vedoin não aparece no mês de janeiro, e ele disse que foi levar pessoalmente ao meu gabinete, o que é uma falsificação, uma mentira absoluta, deslavada. Ele compareceu no mês de... em 2006, na Câmara, por esse registro, apenas 3 vezes, o que é diferente do Sr. Darci Vedoin. O Sr. Darci Vedoin esteve dezenas de vezes aqui na Câmara, inclusive em janeiro, mas não foi ao meu gabinete. Eu não sei da sua vida, não tenho a menor noção da sua vida.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Sr. Presidente, por hora é só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - Chamo o Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Anselmo, nobre Deputado João Correia, Sr. Advogado, nobres colegas. Ilustre colega Deputado João Correia, queremos acreditar na sua inocência, e esta é a primeira presunção que temos, ao discutir as questões que estão em pauta. Mas é importante que, para que possamos fixar posicionamento nessa direção, afastemos as eventuais dúvidas, incertezas ou eventuais aparentes contradições.

Há algumas perguntas genéricas que podem ter alguma utilidade para este Plenário. V.Exa. diz que responde a processos, a muitos, todos de natureza política. Gostaria que V.Exa. pudesse enumerar que processos são esses, de que natureza, de que caráter são esses processos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Deputado, na qualidade de Deputado Estadual, no Acre, fiz da tribuna da Assembléia Legislativa determinadas observações pelo comportamento submisso do Ministério Público Estadual do Acre, com elementos probatórios na mão, e recebi 38 processos por conta disso no tribunal de pequenas causas — ainda os estou respondendo — por danos morais. Fiz várias denúncias, com provas absolutas nas mãos, de superfaturamento nas obras da BR-364, do sumiço de 70 mil sacos de cimento em relação ao Governo do Acre e então fui processado pelo Procurador da República, que tem uma vinculação muito estreita com o Governo do Acre. E também fui processado pelo Juiz Federal



Dr. Pedro Luiz Francisco, que disse que a Assembléia Legislativa tinha de me cassar, pois, se não o fizesse, ela deixaria de ser uma Casa legislativa e se transformaria numa casa de licenciosidade, onde todos os crimes poderiam ser cometidos. Respondi ao juiz da tribuna da Assembléia Legislativa e também estou sendo processado. Estou sendo processado pelo Governador do Acre, Jorge Viana. Estou sendo processado também por razões análogas — se V.Exa. quiser, posso desdobrá-las em pormenores — pelo seu irmão, por vários Secretários de Estado. Antes de fazer oposição ao Governo do Acre, nunca tinha comparecido diante de uma autoridade judicial de qualquer natureza. São esses os processos aos quais me refiro, processos de natureza política. Assim que cheguei, que fui eleito Deputado Federal, veio um Procurador da República chamado Fernando José Piazenski e trouxe para o Procurador Geraldo Brindeiro a denúncia do meu envolvimento inclusive no narcotráfico e de que eu tinha também me referido ao juiz desautorizando-o a considerar a Assembléia Legislativa do Acre como uma casa de licenciosidade, como um lupanar. Então, essa foi a minha primeira defesa do meu mandato na Câmara Federal. Quando caiu um avião em que faleceu o Deputado Federal Ildelfonso Cordeiro, inclusive candidato à reeleição, foi colocado no UOL, pelo jornalista Camilo Toscano, que eu estava envolvido, que tinha sido citado na CPI do Narcotráfico. Aí eu tive que vir aqui, pedir ao então Presidente Aécio um documento que demonstrasse que eu não estava citado na CPI do Narcotráfico e meu nome sequer tinha comparecido, enfim, as agruras de um Deputado de oposição no Estado do Acre não são pequenas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Houve alguma sentença em relação a qualquer desses processos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E esses processos ...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Como? Meu advogado pode só me instruir, porque eu não...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Houve alguma decisão de algum processo desses a que V.Exa. respondeu?



**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - É... O Supremo Tribunal reformou as decisões todas lá, dando-me ganho de causa em relação a essa suposta agressão à honra dos promotores e demais.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O Governo que V.Exa. combateu era de que partido?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. ainda é adversário do PT?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Sou.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tanto lá como aqui?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa. tem...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Fui e continuo sendo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Continua sendo. Mas V.Exa. tem conseguido liberar emendas neste Governo?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - É... Eu tenho tido absoluta... O Criador tem me dado um pouco de abnegação. Eu compreendo que os recursos são públicos, não são...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas não houve nenhuma represália pelas "ofensas"...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Muitas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ... entre aspas que o senhor teria praticado contra o Governador do seu Estado, para que aqui se fechassem as portas para os seus pleitos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, não. Eu não faço uma conexão...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não existe isso?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, não. Eu não faço a conexão Governo do Acre com, digamos assim, o posicionamento do Governo Federal em breicar, em bloquear as emendas, mesmo porque — e aqui está a Deputada Perpétua, que sabe que a todas as reuniões de bancada para que fui convidado eu compareci. Sempre tivemos um posicionamento em relação ao Acre, um posicionamento unificado, quer dizer, nossas diferenças são resolvidas ou lá ou



aqui, na minha relação... Veja só que presunção: eu sou um grão de areia em relação ao Governo Federal. Não vejo uma ligação direta entre o Governo do Acre e o Governo Federal neste caso, e, sim, as listas. Deputado, o senhor conhece as listas. Quando o senhor chega num Ministério: “*Quem é que está aí?*” — “*Não, é o Deputado tal*”. Aí vê-se a lista para saber se votou na reforma da Previdência, se votou naquilo, se votou naquilo outro. Se não for, já não está, é uma dificuldade. Eu já levei muito chá de cadeira. Teve dia que eu passei 19 horas aqui num determinado Ministério para ver se liberava emendas para os meus adversários políticos no Acre.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Essas liberações das 3...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Mas eu fui muito, eu fui muito exitoso. Provavelmente tenha sido, dos Deputados de oposição, o que tenha liberado... Pelo menos, eu estou na média. Da média para cima — quem sabe?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não tenha dúvida de que é um grande feito o que V.Exa. alcançou...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Obstinação, obstinação.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ... porque sendo um adversário litigante contra o Governo do PT do Acre e tendo processos terríveis, conseguiu liberar as emendas. O senhor citou 3 emendas na área de saúde.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - De unidades móveis.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim. O senhor atribui a que o fato de haver conseguido as liberações? À influência de algumas pessoas, ao seu empenho pessoal? Alguém o ajudou nisso?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Essas emendas das ambulâncias, das unidades móveis, foram, para falar toda a verdade, as mais fáceis. Eu nunca fui ao Ministério da Saúde pedi-las. Elas não foram difíceis como emendas do Ministério das Cidades, do Ministério da Integração, enfim, essas emendas foram relativamente simples.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Ninguém o ajudou?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nem o ex-Deputado Ronivon Santiago?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Absolutamente.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ele muito menos ainda.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - A interpelação que o senhor menciona contra o Dr. Tardelli foi judicial ou extrajudicial?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Foi judicial.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tem alguma solução?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Foi declinada a competência, segundo está me informando aqui o meu advogado, da Justiça Federal do Distrito Federal... Da Justiça do Distrito Federal para a Justiça do Mato Grosso, para a Justiça Federal do Mato Grosso.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Quando foi que o senhor ingressou com esta interpelação? O ano?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, foi logo em seguida.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Faz tempo?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - No dia 23 de maio.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Deste ano?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Deste ano.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas não tem nenhuma solução ainda?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ainda não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu lhe indago o seguinte: diante do que consta nos autos a respeito do ex-Deputado Ronivon Santiago — um esclarecimento, primeiro, do nobre Relator —, se o nome dele for arrolado como testemunha neste processo, como V.Exa. encararia a presença do ex-Deputado Ronivon Santiago diante do que está aqui, dos diálogos que foram registrados, das transcrições, das conversas telefônicas dele com os Vedoin? Como V.Exa. encararia a presença dele aqui?





**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Deputado, o Deputado Ronivon Santiago, no dia 4 de maio, foi preso — ele já não era mais Deputado. Ele foi preso em Rio Branco e prestou um depoimento à Polícia Federal, no qual ele diz que nunca intermediou nenhuma transação entre o Sr. Darci Vedoin e o Deputado João Correia. Eu acho que seria interessante trazê-lo aqui e não espero nada além do que ele já disse, porque ele disse a verdade neste caso.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas acho que existe uma contradição, então, entre o que o senhor está falando agora a respeito dele e a transcrição, que está aqui na sua própria defesa, quando diz: “O Sr. Deputado Ronivon Santiago...” Isso um diálogo travado entre Darci Vedoin e o ex-Deputado Ronivon interceptado pela Polícia Federal no dia 17 de novembro de 2005, às 13h09min24seg. E aqui está na sua defesa, à pág. 5. Vem, então, o texto:

**“O SR. DEPUTADO RONIVON SANTIAGO** - *Eu estou aqui com o João Correia. Estou indo hoje à noite para o Acre, para acertar os problemas dele lá, tá?*

**O SR. DARCI** - *Certo.*

**O SR. DEPUTADO RONIVON SANTIAGO** - *E tu, segunda-feira, naquele horário de sempre, tá?*

**O SR. DARCI** - *Segunda, naquele horário que nós marcamos, eu tô aí.*

**O SR. DEPUTADO RONIVON SANTIAGO** - *Aí, o caso é o seguinte: olha, ele vai fazer uns 3, viu, ou 2, tá?*

**O SR. DARCI** - *Vamos ver se ele faz, vamos ver se ele faz mais.*

**O SR. DEPUTADO RONIVON SANTIAGO** - *Ah! Deixa comigo, tá?”*

Isso está aqui na sua defesa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E como é que o senhor menciona que ele prestou um depoimento dizendo que não interferiu, não participou em nada em relação a V.Exa.? São as palavras dele. Estão aqui na sua defesa.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Eu estou dizendo... desculpe.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Por favor, pode falar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não. Eu estou dizendo que a Polícia Federal não tem nenhuma escuta telefônica que envolva o meu nome, o nome da minha família e ninguém do meu gabinete. São escutas, são interceptações de terceiros. Quero dizer que há isto aqui, que eu transcrevo, sem nenhum tipo de problema, e transcrevo igualmente o depoimento que ele deu à Polícia Federal do Acre no dia 4 de maio. Então, eu não posso responder...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Por isso que eu indaguei...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - ... pelo Deputado Ronivon. Perfeito!

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - É por isso que eu requereria, considerando a relevância da participação do Ronivon e de ele ser, em todo esse circuito, um dos elementos-chaves, pelo que já lemos em todos os autos, seria fundamental, para aclarar os fatos e para contribuir para a sua inocência, que ele viesse aqui prestar a sua contribuição neste processo. É um requerimento que eu formulo, uma sugestão que faço ao nobre Relator. Eu acho fundamental a contribuição do Ronivon Santiago.

Mas eu prossigo. Diz o Sr. Luiz Vedoin que, quando visitou V.Exa. no gabinete, estava acompanhado de alguém. O senhor se recorda? Ontem, quando ele mencionou alguém que estaria com ele, junto? Além de ele ter dito que o seu irmão estava presente no gabinete, ele disse que uma pessoa estava com ele, que trabalha na empresa. O senhor se recorda do nome?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ele falou o nome de uma pessoa, sim.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O senhor se recorda ou não?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Igor ou Victor. Algo assim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Acho que Ivo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Ivo. O senhor conhece essa pessoa?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Nunca vi mais gordo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Pois é. Ele citou essa pessoa.



E ele falou também sobre o bilhete da TAM, que seria seguramente uma prova de que ele estava em Brasília. Eu queria requerer também e sugerir ao nobre Relator solicitar que o Sr. Luiz Antônio Vedoin — porque ele pôs à disposição do Conselho — a cópia desse bilhete da TAM, que seria uma prova da presença dele em Brasília na data que ele menciona como a em que visitou V.Exa. em seu gabinete.

Então, peço que haja esse registro.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ele disse exatamente isso?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu me recordo, mais menos, que ele colocava à disposição o bilhete da TAM. Além...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Na data em que ele visitou o meu gabinete?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu creio que sim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Ah, eu acho que seria muito importante para mim para eu verificar, exatamente, se eu estava aqui ou não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu creio que sim. Mas as notas taquigráficas podem elucidar dúvidas nossas. De qualquer sorte, esse documento é importante para algum efeito, seja para provar esse dia ou outro momento em que ele queira atribuir uma relação, um elo de presença dele que esteja vinculado a algum fato com V.Exa.

O Prefeito de Bujari... O senhor foi votado lá na última eleição?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Fui.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Com o apoio dele?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E Plácido de Castro?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Também não.

Qual o partido desses 2 Prefeitos?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Partido dos Trabalhadores.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Apesar da briga, o senhor continua ajudando o PT no seu Estado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, não. Mas é uma questão de princípio, Deputado. O senhor me permite? Não deixa eu ...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Concordo, concordo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não. O senhor me permite?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Pode ficar à vontade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Se o senhor verificar as emendas para 2006... Mesmo porque lá a Oposição está sendo dizimada. Nós não temos nem muito tanto como ajuda a Oposição. Nós somos um Estado muito pequenino, com apenas 22 municípios. Mas eu distribuo emendas a todos os municípios, independentemente de cor partidária. Vários Prefeitos que são adversários meus me recebem ou vêm ao meu gabinete. Eu faço uma distinção muito grande entre adversário e inimigo. Essa idéia da vingança não foi a minha prática de vida.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Quando o senhor recebeu a visita do representante da PLANAM, em seu gabinete, e antes, quando se conheceram no Salão Verde, qual teria sido o diálogo na apresentação?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Eu saí do Salão Verde ali pela... não por aquela do cafezinho lá atrás, mas por essa aqui, mais... que fica perto, logo na entrada. Eu saí ali; encontrei o Ronivon, que estava conversando com o Darci Vedoin, o Sr. Darci Vedoin. O Ronivon me chamou, me apresentou o Darci Vedoin, e ele próprio, o Darci Vedoin, perguntou se poderia me fazer uma visita em meu gabinete. Eu disse que sim, sem problema algum.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E sem dizer para que nem por quê ?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não. Se poderia me visitar no gabinete; eu disse: "*Sem problema algum.*"

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sem falar mais nada?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Sem falar mais nada.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nem o Ronivon lhe disse qualquer coisa sobre o que seria?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não. Absolutamente.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E na visita...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Mesmo porque eu estava de passagem.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim. Na visita, ele falou então....

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Aí, alguns dias depois, eles foram, os 2 — pai e filho — ao meu gabinete. Quer dizer, houve audiência, marcação. Eu estava em meu gabinete, e eles foram, então. Foi quando me apresentaram a questão da inclusão digital.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E não falaram sobre ambulâncias?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não. Não, porque eles não tinham.... as minhas emendas, as das 3 ambulâncias, as 3 unidades móveis, foram alocadas em 2003 para o Orçamento de 2004. Quando eu conversei... Quando eu os recebi em meu gabinete, essas emendas já estavam colocadas, já estavam definidas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu sei. Mas o senhor sabe também que, apesar de sua defesa fazer um juízo crítico e condenatório da comissão antecipada, ele aqui declarou que houve várias situações em que ele repassou comissões antecipadamente para vários Parlamentares que estão respondendo a processos no Conselho.

Então, essa é uma realidade fática, provada, porque existem cheques em contas de Parlamentares, depositados de forma antecipada, para o acerto de contas posterior. Então, o senhor pode ter tido as emendas, mas que estavam ainda sem ser liberadas, e eles poderiam lhe propor cuidar dessas coisas.

Eu pergunto se isso aconteceu nesse diálogo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não, não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Não aconteceu em momento algum. Veja, uma... Ele diz, nas acusações, que pagou a metade e a outra metade pagaria. Só não pagou por conta da operação que o prendeu. O fato é o seguinte: o que me faz falta nesse processo, nesse linchamento público ao qual eu fui submetido, é a existência de uma prova, de uma mínima prova. É isso que me faz falta. Provavelmente, Deputado, se eu tivesse recursos na conta de parentes meus etc., a situação seria muito diferente. Mas o senhor há de convir que não é muito simples o



senhor... uma pessoa ser linchada, liquidada, avassaladoramente, por conta da opinião de alguém que se tornou poderoso, achando que é dono da vida e da morte, política ou não, das pessoas. Então, não houve isso. Eles não se atreveriam a fazer isso comigo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu estou... Para concluir, talvez mais 2 indagações.

Eu lhe pergunto: a que V.Exa. atribui o fato da aproximação da PLANAM com um dos municípios para os quais V.Exa. destinou emenda na Saúde.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Aí o senhor vai me obrigar a fazer uma suposição.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Eu a farei. Eu acho que empresários da qualidade deles, eles localizam onde existem emendas, onde existem perspectivas de que eles possam ganhar dinheiro. Tanto é que eles foram às 3 Prefeituras do Acre; eles competiram nas 3. Não foi apenas na de Plácido, onde eles venceram. Numa ele foi inabilitado e noutra ele perdeu; disputou e perdeu. E, ao que parece — eu pude verificar isso e o senhor talvez possa constatar, se o Relator concordar com a vinda do Prefeito de Plácido de Castro —, no dia 22 de maio, dia do meu aniversário, eu estava debaixo de uma enorme friagem lá na minha terra, e fui lá visitar as unidades móveis de Plácido de Castro. São unidades novas, novinhas, de primeira qualidade. Me parece que... Não sei se ali houve superfaturamento, tenho lá minhas dúvidas, está certo? Então, ele competiu nas 3: perdeu numa; foi inabilitado noutra; e ganhou noutra. E executou.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - A última pergunta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Fique à vontade, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - V.Exa., que mostra determinação e atitudes firmes e prontas, por que não ingressou...

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - E?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Prontas. Por que não ingressou, até hoje, contra os Vedoin, na Justiça, por danos morais?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - O farei, o farei.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Pelo menos, por danos morais?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - O farei, o farei.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Trad) - A Presidência chama o emblemático Deputado Mussa Demes.

**O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES** - Não sei por que, Presidente, sou tão emblemático, na visão de V.Exa. Digo sempre que tenho admiração muito grande pelo Deputado Nelson Trad e aprendi muito com S.Exa. aqui, ao longo dessa convivência que já dura 16 anos.

Mas, Sr. Presidente; Deputado Ricardo Izar; Sr. Relator, Deputado Anselmo; prezado companheiro João Correia; senhor advogado, Dr. Erick; demais companheiros deste Conselho que muito me honra hoje passar a integrar, tenho uma preocupação muito próxima à que revelou, num primeiro momento, o Deputado Jairo Carneiro. É que desde o dia 17 de novembro de 2005, pelo menos — eu acho que antes disso até —, a Polícia Federal tem monitorado as ações dos Vedoin, até porque, nessa data, se travou esse diálogo entre o Deputado Ronivon e o Sr. Darci Vedoin.

Então, a minha primeira indagação é ao próprio Relator, se ele puder me dar essa informação. Obviamente, se a Polícia Federal vem fazendo esse acompanhamento, é razoável supor-se que, pelo menos a partir desse momento, a Polícia Federal devesse também ter monitorado e gravado as conversas telefônicas do Deputado João Correia. V.Exa., Sr. Relator, chegou a investigar esse fato? Foram gravadas ou não as conversas do Deputado João Correia a partir daí?

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Nós temos aqui... na degravação da Polícia Federal tem essa intermediação que o Darci faz entre eles. Quer dizer, ao mesmo tempo que... percebe-se que, ao mesmo tempo que ele fala lá, ele fala cá. Quer dizer, então, a gravação nos dá perfeitamente quando ele liga, fala com alguém lá e, ao mesmo tempo... fala com os Vedoin lá, fala com o Ronivon cá. Há esse triângulo aí na degravação.

**O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES** - Não foi bem isso que perguntei a V.Exa. O que eu perguntei foi se há nos autos ou se há nas informações prestadas à



Casa, para o Conselho de Ética ou, sei lá, à própria CPI que investiga esse fato gravação da Polícia Federal das conversas telefônicas, a partir daí, do Deputado João Correia. Se V.Exa. não sabe, pode dizer: não sei.

**O SR. DEPUTADO ANSELMO** - Não. Dele, diretamente, não.

**O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES** - Então, é de se supor que, se a Polícia Federal gravou essas conversas ao longo desse período todo — há cerca de 1 ano isso vem acontecendo —, em nenhum momento o Deputado João Correia conversou com qualquer dos Vedoin. Pelo menos, é a primeira impressão que nos passa.

E o que é que nós temos aqui? Temos a conversa de um Deputado, que já está inclusive cassado: o Deputado Ronivon Santiago. Não me importa, não vou fazer juízo de valor a respeito do comportamento dele, mas não há nada realmente que possa ligar, pelo menos no plano legal, o Deputado João Correia aos Vedoin em relação a essas conversas telefônicas. É a primeira impressão que me passa.

Nós temos de partir do raciocínio, do pressuposto que — e eu tenho dito sempre isso, fui advogado durante algum tempo — o ônus da prova cabe sempre a quem faz a acusação, não a quem é acusado. Isso é um dogma de Direito universal. Não é só do Direito brasileiro, não, é do Direito universal. Então, o normal, o natural seria que a Polícia Federal, no desdobramento de suas ações, também tivesse gravado essas conversas. E se não houve nenhuma conversa nesse sentido, como, agora que o Deputado João Correia... Quem tem de provar se conversou com os Vedoin, se recebeu o dinheiro dos Vedoin, se não existe um centavo depositado nas contas dele ou de qualquer parente dele... É a primeira indagação.

Eu não sou advogado de ninguém. Eu apenas quero esclarecer os fatos e a verdade, e a mim parece que é importante para todos nós. Porque eu tenho dito sempre — neste próprio Conselho eu já fiz isso; quando fui membro da comissão de investigação da Câmara também o fiz — que a honra é mais importante que a vida. Um homem de bem não pode conviver com o peso de uma acusação dessa natureza, exposto, como estão todos os nossos companheiros aqui, se não houver, realmente, uma prova evidente nesse sentido.

A minha primeira impressão é que isso não existe, até porque os Vedoin... Veja bem, por que vão dar tanto valor às declarações dos Vedoin? Dia sim, dia não,





estão entrando na cadeia, estão saindo na semana seguinte. Agora mesmo, nesse episódio de São Paulo, que chocou a opinião pública do Brasil inteiro e que teve repercussão enorme nas eleições, novamente os Vedoin estão envolvidos naquilo.

Então, por que dar tanta credibilidade ao que eles dizem, quando essa prova realmente não se faz? O que existe aqui é uma conversa entre Darci Vedoin e o Deputado Ronivon Santiago. Quem é que pode dizer também que ele não estivesse sendo negociado? Isso aí é algo que precisa efetivamente ser investigado, mas não com a responsabilidade do Deputado João Correia, na minha visão pessoal, de ser a pessoa que vai dar todas essas informações, se ele não tem como dá-las. Isso seria, efetivamente, a transferência do ônus da prova. A transferência não a quem faz a alegação, mas a quem sofre essa alegação.

Sr. Presidente, em relação ao episódio, eu gostaria de ficar por aqui, apenas para registrar essa minha impressão de que, se a Polícia Federal, ao longo desse tempo todo, não localizou nada, nenhuma conversa telefônica, é porque realmente não existiu essa conversa telefônica. E, portanto, o Deputado João Correia não pode, evidentemente... A não ser que surja um fato novo, no decorrer dessa investigação, que possa vir realmente a incriminá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Trad.

**O SR. DEPUTADO NELSON TRAD** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero confessar, com bastante orgulho, a minha intensa admiração pelo Deputado Mussa Demes. O “emblemático” que utilizei, evidentemente, é em função daquilo que ele é, daquilo que ele já prestou de serviço à classe política brasileira, ao seu Estado, ao Estado do Ceará, onde também ele emprestou a sua inteligência, a sua competência nos anos que antecederam a sua chegada nesta Casa.

Evidentemente que ele é um homem sofrido, como eu sou, como muitos dos que habitam com mandato esta Casa são. Esse é um problema que constrange a todos nós, quando, na realidade, praticando um ato processual, estamos dando andamento à representação contra um colega.

As alegações finais feitas pelo Deputado Mussa Demes evidentemente já mostram que, na realidade, não há por que mais alongar um procedimento dessa natureza. Até quero dizer a ele que em nenhum momento discordo dos argumentos



do nobre Deputado Mussa Demes, mesmo porque convivo dentro da Casa, dentro da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro com João Correia. Sei e quero dar o testemunho aqui da sua respeitabilidade dentro do convívio, dentro da comunidade partidária da Casa. Quero dizer mais: ele é médico de profissão e, trocando o bisturi pelas difíceis canetas da política, neste momento eu acredito no sofrimento que ele está carregando consigo, inclusive com a presença de um filho aqui, o que não é nada agradável àqueles que mantêm o sentimento primeiro da honra e da dignidade, do valor do sangue.

Sr. Presidente, tive aqui um procedimento muito analisado, muito contestado em alguns momentos da nossa função como conselheiros deste órgão. Ganhei algumas inimizades, evidentemente, algumas até exteriorizadas, com certos conceitos que não me cabe engoli-los, porque não são verdadeiros. Digo que eu não me arrependo de tudo aquilo que eu fiz dentro da minha missão de julgar e de analisar as representações contra colegas. E o conceito que tem João Correia dentro desta Casa é bom. Ele é instigante, pela irredenta conduta que tem quando discute política ou sustenta os seus pontos de vista. E eu diria até que ele, no Acre, porque eu sei também, eu ouço algumas histórias... Eles disputam mandato lá encorajados. Evidentemente, de forma bastante blindada, porque é o sentimento natural de uma comunidade afastada do centro político do País.

Aqui há um exemplo, que teve que brigar seguramente por 2 anos. Contra quem, Sr. Presidente? Contra Ronivon Santiago. O Ronivon Santiago, aliado do PT. Deputado que custa 700 mil reais para o partido da Situação. O homem que na realidade é a materialidade de um delito político que não foi investigado ainda: um partido comprando outro. Aí, eu posso imaginar as razões positivas dessa irredenta posição do Deputado João Correia lá, na terra dele. E justifico esses processos políticos, que lá se encontram ainda em tramitação.

Mas o que eu quero observar, e não estou fazendo alegações finais, é que o nosso melhor procedimento aqui, nesta Casa, é aquele adotado, e é até exemplo para nós, pelo Deputado Jairo Carneiro, que, evidentemente, através de uma análise minuciosa do processo, nos traz algumas questões que deverão ser resolvidas aqui, para que possamos decidir com a convicção de juízes circunstanciais que somos. Eu tenho hoje um sentimento, Sr. Presidente. E eu não quis me afastar da trincheira do



Conselho, desiludido, muitas vezes, por algumas decisões que foram tomadas no Plenário, porque não as tomei contra a minha posição. Eu apenas me sustentei aqui pela companhia dos que se encontram hoje ao nosso lado. É um papel que representamos com a consciência tranqüila de defensores do Poder Legislativo brasileiro.

Se alguns que nós aqui indicamos que não merecem viver ao lado dos homens decentes e que representam o Parlamento brasileiro, se nós na realidade assim sustentamos aqui, na convicção de que existia um corpo de delito, a materialidade do delito, a confissão, Sr. Presidente, e ainda assim foram colocados à disposição do eleitorado brasileiro, e consagrados por esse segmento, alguns estão de volta conosco... Ah, não, Sr. Presidente! Aí, é submeter-nos a um sacrifício em que não deveremos ser vencidos, com medo de as feridas aflorarem para um final desiludido dos que acreditam na política decente do Brasil.

Eu fiz essa análise para sustentar que o que eu perguntaria, hoje, ao Deputado é que eu quero que o silêncio dele tenha o significado da compreensão daqueles que atuam neste Conselho, que eu vou aguardar, porque avalizo e, sobretudo, me irmano com a posição do Deputado Jairo Carneiro.

Este procedimento tem de concluir-se antes do final da Legislatura. É uma homenagem que vamos fazer à Justiça, expurgando o Representado, se ficar provado, mas, pelo menos, restaurando a honra dele provisoriamente ferida através do insucesso que ele teve nesta campanha eleitoral. Ele que não confessou, ele que mostra que não tem materialidade de delito e, portanto, ele não pode ser sacrificado numa circunstância dessas, através de um procedimento leviano do Conselho. É o que tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Nelson Trad.

Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, caro Deputado Anselmo, Relator; caro colega João Correia; seu representante legal, caro Dr. Erick Venâncio; Sras. e Srs. Deputados, depois das manifestações que me antecederam e que praticamente preencheram as perguntas que seriam feitas por mim — e eu sou, quem me conhece aqui, rápido nelas —, eu me sinto satisfeito com o que ouvi.



Tem uma coisa só que me preocupa e eu vou dizê-la. Mas eu queria deixar muito bem claro que, se os posicionamentos dos Deputados Mussa Demes e Nelson Trad não foram alegações finais, os meus 47 anos de advocacia deixam de existir. Mas senti que eles foram feitos pelos 2, primordialmente por alguma coisa que nós temos mencionado bastante nesta Casa.

Nós tivemos uma preocupação — e a dissemos inclusive a quem foi interrogado, Antônio Vedoin —, e a grande preocupação deste Conselho é declarar os inocentes. Essa é a grande preocupação nossa, porque quem vive no Direito, no dia-a-dia, sabe que é preferível absolver 10 culpados a condenar um inocente. E, de uma forma ou de outra, meu caro colega João Correia, a gente sente exatamente o que o colega está sofrendo. As acusações que nos pesam e que muitas vezes não conseguimos de imediato provar — e principalmente quando se trata de matéria política, como no *Jornal Nacional*, onde V.Exa. foi focado ontem — dão uma impressão completamente diferente ao povo; diferente. Ali, V.Exa. é extremamente culpado.

Eu sei que a afoiteza, a necessidade de querer provar inocência faz com que alguns atos, às vezes — não sei se empurrados pela vontade inequívoca de mostrar às pessoas que aquela acusação é infundada, indevida —, sejam praticados de forma que não deveríamos fazê-la.

Ontem, na minha forma de ver, V.Exa. não deveria ter feito o que fez. Porque jamais conseguiria, naquele espaço de tempo, provar a sua inocência. E mais, se a sua inocência fosse provada — e eu não digo por mal isso que vou dizer, mas é a verdade —, tenha a certeza absoluta de que a mídia só mostraria acusação. Sua inocência, no momento em que for declarada, e assim como disseram o Deputado Nelson Trad e o Deputado Jairo Carneiro, que fizeram observações aqui, e algumas delas eu as havia alinhavado também, ante a necessidade absoluta de podermos decidir com nossa consciência, colocar a cabeça no travesseiro e saber que não condenamos ninguém que é inocente.

Olha, é difícil. Realmente, é difícil que possamos tomar uma decisão e saber que, no momento em que essa decisão for tomada, e se V.Exa. for absolvido, pode contar com uma linha no pé da página de uma folha de jornal, dizendo que o



Deputado João Correia foi absolvido. Não vai passar disso, Deputado, pode ter certeza absoluta, porque isso não tem muita graça.

Quando nós — e isso é comum — sabemos que houve um fato, e esse é um fato bom, alguém que praticou um bem, o senhor conta 100 pessoas, no dia seguinte 101 estarão sabendo. Mas se for o mal, o senhor contará 1 e, no dia, seguinte haverá mil sabendo. Essa é a realidade.

Isto é o que pretendíamos — fico nessa posição do tempo do verbo “pretendia” — sanar nesta Casa... Mas nós não vamos conseguir sanar nesta Casa, como não vamos conseguir sanar no mundo. Sempre vai ser assim.

Quero que V.Exa. saiba que todos nós — e exaltou bem o nosso companheiro Deputado Nelson Trad —, em alguns momentos, tivemos vontade de deixar este Conselho. Mas exatamente porque somos responsáveis, queremos cumprir a nossa obrigação e não temos a menor satisfação de julgar ninguém; por ser nossa obrigação, e temos de cumpri-la, é que continuamos aqui.

Só há uma questão. Pergunto a V.Exa., até mais por curiosidade, ou talvez porque venha a possibilitar ou a reforçar a sua defesa: a que V.Exa. atribui, o que poderia ter ocorrido, que fato teria levado o Sr. Antônio Vedoin, que esteve aqui, a fazer a afirmação que fez, que *tête-à-tête* dialogou com V.Exa., disse que havia estado com o senhor, havia entregue uma soma? Por que ele diria isso? Que razões ele teria para fazer essa afirmação?

Estive analisando: já na chamada delação premiada, ele tem fatos concretos, depósitos bancários; enfim, prova material daquilo que ele diz. Talvez ele tenha começado a adquirir foros de verdade, de paladino da justiça, mas isso fica. Além daqueles esclarecimento que o Deputado Jairo Carneiro observou ao nosso nobre Relator, que eu tenho certeza absoluta de que S.Exa. vai trazer as respostas para nós, pela sua preocupação também de praticar justiça — e nós o conhecemos, não é, Deputado Anselmo? —, gostaria que o colega dissesse o que ele pensa, por que teria ocorrido esse fato e esse procedimento do Vedoin.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CORREIA** - Deputado Marcelo Ortiz, quero inicialmente agradecer a todos os que se posicionaram no sentido de começar a encaminhar o debate do contraditório. De ontem para hoje, houve uma sucessão de fatos, como a imprensa levantou, como a imprensa expôs. E acho que V.Exa. foi



muito feliz em relação ao desfecho disso. Eu quero falar apenas ao meu favor no seguinte aspecto: desde o dia 5 de maio que eu estou tentando me defender. Obstinadamente, muito mais, Deputado Jairo, do que buscando o empenho ou a liberação das emendas, porque aí mexeu em algo que não... *(Pausa.)* Desculpe. Em algo que não tem preço e que é indelével. Eu saúdo essa oportunidade do Conselho, que me foi negada na Corregedoria da Câmara dos Deputados, que me foi negada pela Procuradoria da República — vou oferecer ao senhor o documento que mandei para a Procuradoria, ao Procurador da República —, que me foi negada de uma forma arrogante e prepotente na CPI. Então, eu não podia vir e ficar calado diante de um agressor. Porque aí, veja, eu tenho algumas suspeitas porque que isso foi feito, mas eu não posso decliná-las porque eu não quero fazer com outrem o que fizeram comigo. Não quero fazer. Alguns elementos... Por exemplo, o Delegado Tardelli Boaventura, Polícia Federal. Há um fato seguinte: eu tenho uma ação contra a Polícia Federal do Acre, por fraude numa degravação que envolvia pessoas ligadas ao Governo do Estado, pessoas vinculadas politicamente ao Governo do Estado, ao Presidente do BASA atual, em que há uma monstruosa fraude na degravação. E eu, então, entrei com uma ação junto ao Ministério da Justiça, ao Ministro da Justiça. Eu entrei com uma ação junto ao Procurador Geral da República e também juntamente ao Conselho Nacional do Ministério Público Federal por prevaricação dos Procuradores do Acre, submissão. Eu que sou um encantado com o Ministério Público Federal do Brasil. Então, eu não sei por que razão o Delegado Tardelli Boaventura pegou uma frase que é onde o Ronivon diz lá assim: *“Ele vai fazer uns 3”*. Aí o Delegado interpreta essa conversa do Ronivon — todos nós conhecemos o Ronivon, eu talvez o conheça mais, talvez menos do que o Chicão, o Chicão é mais novo do que eu. Eu conheço mais do que o Chicão, desde a infância. Aí ele diz o seguinte: *“Vai fazer uns 3”*. Aí o Delegado coloca no relatório da Polícia Federal o seguinte: *“O Deputado João Correia está recebendo 3 milhões de propina para 3 emendas que valem 600 mil”*. Aí eu fui... Foi por isso que eu quis ir lá na CPI para ouvi-los, e foi ruim quando a Senadora Heloísa, e tal... Fizeram uma oitiva clandestina. Clandestina! Lá. Eu quero sugerir, Relator, Presidente, que o senhor requirite à CPI a oitiva do Delegado Tardelli Boaventura e do Procurador da República do Mato Grosso. Eu perguntei ao Delegado: *“Delegado, o senhor sabe o*



que é o calor de uma mulher, de uma mulher na cama? Não estou falando de sexo, não, Delegado. O senhor sabe o que é o bafo do beijo de um filho, para desonrar uma pessoa assim? Então, o senhor é um fraudulento". Disse isso lá. Por favor, pegue. A CPI não mandou isso para o Conselho, porque já não interessava mais, era facilmente desmontável, destroçável isso. Era facilmente destroçável. É vingança em relação à ação que movo por fraude da Polícia Federal no Acre? Não sei. Eu só sei que houve esta questão. Ela foi, então, superada. Aí vem quem? Luiz Antônio Vendoin, delação premiada. O senhor sabe — eu não quero aqui acusar ninguém, mas apenas para colocar algumas circunstâncias — que toda essa Operação Sanguessuga começou lá no Acre, pela Procuradoria da República do Acre, em relação a outras prefeituras, começou lá. Eu não sei quem é que faz esses acordos. Então, quando o Sr. Luiz Antônio Vendoin, que começou... Acho, aí sim, eu só vou dar a minha opinião: o Brasil realmente precisa de heróis, porque a mídia, mas não foi só a mídia, não, os Deputados da CPI, a hierarquia, os hierarcas, a nomenclatura ficou embevecida, ficou encantada. Então, ele passou a julgar, a acusar e a atirar da forma que quis. A imprensa, depois, não pode retroagir. Ela não vai, se o Conselho me julgar inocente, como eu tenho certeza que vai, Deputado Ortiz, eu sei que vou merecer. Não vai ser no obituário, não, lá na última página de alguma coisa, muito bem. Mas eu não estou interessado, tanto é que pela primeira vez o Sr. Vendoin foi contestado. Eu sei como é que foi manipulado. Pela primeira vez, porque antes ele era um oráculo, *deus ex machina*. Ele dizia: este aqui é culpado, este aqui não é culpado. De repente, ele pode. Por que ele fez isso em relação a mim? Ele mentiu do começo ao fim. Eu não apresentei, eu não fui apresentado a ele pelo Ronivon. É mentira dele. Eu fui apresentado ao pai dele pelo Ronivon. Depois, ele foi lá no meu gabinete. Discutimos a inclusão digital, várias vezes. Vão encontrar vários telefonemas, não tenho a menor dúvida disso. E eu ofereci os meus sigilos ao Corregedor, ofereci os meus sigilos ao Procurador da República, ofereci os meus sigilos à CPI, bancário, fiscal e telefônico, de minha família e de meus assessores. Todos os meus sigilos, porque eu não sou bandido, eu não sou criminoso. Mas não. Quando foi ontem, foi a primeira vez que eu tive a chance de articular um contraditório. Depois foi manipulado muito bem, mas isso é editado, não tem importância. Deputado, o sofrimento que uma pessoa que tenta ser correta passa a



ter com o linchamento, com os apupos no meio da rua, exatamente onde você tinha a sua força, onde... O que me fez Deputado Federal, eu sou um Deputado Federal livre. Eu não tenho vinculação com sindicato de trabalhadores, eu não dependo de sindicato de patrões. Eu sou um Deputado livre. Por isso eu voto livre. Por isso eu digo o que quero. O Deputado Nelson às vezes até se anima. Eu tenho um sonho no meu partido, que é a democracia. Mas o que acontece? O Sr. Luiz Antônio Vedoin foi tornado um ícone de quem às vezes ainda não tem... Acho que o nosso processo democrático não está completo. Quer dizer, o que foi feito comigo, sem me dar a menor chance de defesa? E olhe que eu tentei, diferentemente talvez de alguns que sejam inocentes, que acho que tem gente inocente aqui; acho que tem gente inocente aqui. Está certo? E tem gente culpada aqui também. Mas tem gente inocente aqui. Eles não foram lá se defender. Eu fui em todos os momentos. Eu fui às televisões. A minha campanha foi isso. Eu, que era um artilheiro, passei a campanha toda colocando esse debate. Por quê? Porque, além de mim, acho que foi o senhor que falou, ou foi o Deputado Mussa, o Deputado Trad, que a honra é mais importante do que a vida. E é mesmo. E é mesmo, Deputado. Então ele foi guindado à condição do julgador, tanto por A, por B, por C, por D. Então foi isso que eu vim fazer ontem aqui e dizer. Olha, e eu fiquei triste porque vim só. Eu acho que tem mais gente na minha condição de inocente. Então eu vim ontem para dizer o seguinte: como o senhor viu, ele não aceitou assinar o documento para falar a verdade. Que história é essa, meu Deus? Eu assino, Deputado. Se o senhor desejar que quebra de decoro, se for provada uma mentira minha aqui neste processo, eu quero que vocês votem contra mim, que vocês votem para me tirar da vida pública. Mas eu não estou mentindo, e assino documentos. Ele não. Então é muito fácil chegar e dizer: *“Não, eu não assino documento; não, eu estive com você”*. É mentira. Todos os pontos: nunca negocie com ele nem com o pai dele nem com ninguém sobre propina, sobre comissão, como o senhor perguntou, pelo sorriso dele. Nunca estive em meu gabinete. Por isso quero insistir, Presidente, que seja consultada a Universidade de Brasília, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas, para verificar a recuperação das filmagens do meu gabinete. Eu vim atrás, eu vim atrás, olha o meu risco. Se esse homem veio 10 vezes no mês de janeiro, Deputado, quando eu verifiquei que ele não veio no mês de janeiro ou pelo





menos não se registrou no mês de janeiro, ele que se registrou 3 dias antes de ser preso nesse episódio do dossiê. Ele se registrou lá na Chapelaria. Então eu acho que deram a ele, deram a um falsário, a um negociante, a um criminoso, a um bandido um poder deletério para a honra alheia. Aí estou falando em meu nome pessoal, só. Desculpem-me por ter-me estendido. Não sei se respondi à sua questão. Então acho que é isso. Eu posso acusar a Polícia Federal ou a Procuradoria? Não, não vou acusar, não posso acusar. Ah, eu posso acusar o Governo do Acre? Não, não vou acusar também não. Não vou acusar ninguém. Eu só quero o seguinte: só quero defender a minha honra, a minha alma, a minha vida. Eu quero a minha vida de volta, Deputado. É só o que eu quero. Já me tiraram o mandato. Ok. Mas eu quero a minha vida de volta. Eu quero a minha vida de volta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, infelizmente vamos encerrar a sessão. A Ordem do Dia já se iniciou no plenário. Somos obrigados a encerrar ou pelo menos suspender esta reunião.

Está suspensa a reunião.